

Entre Redes e Raízes: A Educação Popular na Era da Inteligência Artificial

Maria Reder¹



ENTREVISTADA: **Maria Reder**

Esta entrevista foi concedida ao MEB/Brasília em outubro de 2025.

Revista MEB: Como a Inteligência Artificial pode ser aplicada de forma crítica e inclusiva no desenvolvimento humano, respeitando os princípios da Educação Popular promovidos pela UNESCO?

Maria Reder: No país de Paulo Freire, me arrisco a dizer que talvez quem teria a melhor resposta para esta pergunta é o próprio movimento da educação popular brasileira.

Primeiramente, eu gostaria de convidar os leitores a conhecerem os principais documentos recentes da UNESCO sobre IA na Educação, os quais embasam todas as minhas respostas a essa entrevista. Todos estão disponíveis em língua portuguesa no UNESDOC (<https://unesdoc.unesco.org/>). Tomo a liberdade de destacar três aqui, dois deles são voltados à edu-

cação básica, mas acredito que podem trazer importantes subsídios para uma reflexão voltada à educação popular, desde que respeitadas as suas devidas contextualizações.

Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial (2022)

Marco referencial de competências em IA para professores (2025)

Marco referencial de competências em IA para estudantes (2025)

Para contribuir com as reflexões aqui propostas, eu penso que a IA só consegue ser incorporada na educação popular de forma crítica e emancipatória, respeitando os saberes dos territórios e comunidades, quando ela for utilizada a partir do que a UNESCO chama de uma abordagem centrada no ser humano.

Segundo a UNESCO, uma abordagem centrada no ser humano “deve ser orientada pelos princípios dos direitos humanos e pelo respeito à diversidade linguística e cultural que define os bens comuns do conhecimento. Uma abordagem centrada no ser humano também exige que a IA seja usada de maneira que garanta transparência e aplicabilidade, bem como o controle e a responsabilização humanos”. E eu realmente acredito que a educação popular brasileira traga uma importante contribuição sobre como é possível estimular esse uso ético e responsável da IA nos cidadãos.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000394281/PDF/394281por.pdf.multi> (Página 15)

¹ Oficial de projetos do Setor de Educação da UNESCO, atuando com projetos relacionados às tecnologias e IA na educação. Mestre em direitos humanos pela Universidade de Padova, especialista em Gestão da Comunicação pela ECA-USP, há 22 anos é pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE-USP). Em 2022 foi contemplada com o prêmio Mariquinha Fusari categoria profissional em Educomunicação. Acumula experiência profissional com direito humano à educação em diversos países: Brasil, Botsuana, Guiné-Bissau, Quênia e Timor-Leste.

Ou seja, penso que, na prática, as diferentes abordagens pedagógicas da educação popular devem sempre trazer o humano no comando dessa interação. E esse indivíduo deve, sempre, ter as competências de pensamento crítico e ético desenvolvidas

a fim de que tenha discernimento necessário para o uso apropriado da IA. O cidadão deve sempre buscar saber o que está por trás da IA. Quais empresas, qual engenharia.... E em relação ao conteúdo, deve sempre ter a consciência de que a IA pode ser reprodutora de preconceitos e discriminações. Vou destacar uma frase contida na página 15 do Marco referencial de competências em IA para estudantes da UNESCO que pode embasar muito bem essa discussão: “Embora a IA possa ser usada para desafiar e ampliar o pensamento humano, não se deve permitir que ela usurpe ou substitua o pensamento crítico”.

Revista MEB: Quais são os riscos e desafios éticos do uso da IA na educação popular em contextos de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere à autonomia dos educandos e ao direito à participação?

Maria Reder: Na última década, a inteligência artificial (IA) tem sido amplamente adotada em todas as áreas do desenvolvimento humano. Esse processo de rápida mudança tecnológica traz múltiplas oportunidades, mas também riscos e desafios.

É fundamental que a educação popular promova a conscientização, principalmente nos contextos de vulnerabilidade social, de que a IA pode trazer muitas oportunidades, mas também, se não for usada a partir da ética e com conscientização, ou seja, pensamento crítico, ela pode aprofundar as divisões e as desigualdades existentes no mundo.

A UNESCO alerta que a confiança e a equidade devem ser defendidas no uso da IA para que nenhum país ou melhor nenhum indivíduo seja deixado para trás. A IA pode ser muito benéfica em vários contextos, mas é preciso ter cuidado para que nenhum ser humano seja objetificado ou tenham dignidade prejudicada ou direitos violados.

Revista MEB: De que maneira a IA pode ser utilizada como ferramenta de fortalecimento da educação e da mediação crítica nas práticas pedagógicas da educação popular?

Maria Reder: A UNESCO lançou recentemente, em língua portuguesa, os marcos de competências em IA para estudantes e professores da educação. Um dos princípios-chave destacados nestes documentos é o pensamento crítico, o qual é apontado pela UNESCO como uma habilidade fundamental em que os cidadãos precisam para se envolver significativamente

com a IA, tanto no papel de estudantes como de usuários e criadores. Os estudantes também têm a responsabilidade, segundo o documento da UNESCO, de determinar quais tipos de IA devem ser desenvolvidos e como devem ser usados para impulsionar as sociedades humanas em direção a futuros compartilhados, inclusivos e adequados ambientalmente.

Respondendo mais diretamente a sua pergunta, quando realizamos o exercício de territorialização conceitual destes documentos globais para o contexto brasileiro, eu diria que há um grande potencial no sentido inverso de sua afirmação, ou seja, abordagens baseadas na educomunicação e mediações críticas nas práticas pedagógicas, com arcabouço teórico de Paulo Freire, por exemplo, é que podem contribuir imensamente para o desenvolvimento das habilidades de pensamento crítico fundamentais para um uso ético e seguro da IA.

Aliás, há muitos colegas do campo da educomunicação desenvolvendo importantes trabalhos nesse sentido. Para quem não conhece, indico o site da ABPEducom (<https://abpeducom.org.br/>).

Nesse contexto, destaco que o documento da UNESCO, o Marco referencial de competências em IA para estudantes (2025), que traz como seu principal objetivo preparar os estudantes com os valores, os conhecimentos e as habilidades necessários para examinar criticamente a proporcionalidade da IA a partir de uma perspectiva ética. Isso inclui examinar e compreender seus impactos na autonomia humana, em inclusão social e equidade, segurança institucional e individual, diversidade cultural e linguística, construção e expressão de opiniões plurais, bem como no meio ambiente e nos ecossistemas.

Por essa razão é que ressaltamos a extrema importância dos movimentos de educação popular se apropriarem destes documentos globais, mesmo que sejam voltados à educação formal básica, para realizarem as suas adaptações de acordo com a realidade dos contextos em que estão inseridos. Não tenho dúvida que a educação popular brasileira tem muito a contribuir para o fortalecimento do uso ético e desenvolvimento do pensamento crítico dos indivíduos de seus territórios.

De acordo com o documento da UNESCO, na prática, “Espera-se que os estudantes consigam romper com a concepção errônea de que a IA é a solução para tudo. A ideia é que eles se tornem tomadores de decisão conscientes sobre quando os sistemas e apli-

cativos de IA devem – ou não – ser usados, quais problemas eles podem ou não resolver e quando e como a IA deve ser projetada e usada como parte de uma solução mais ampla”. Encerro minha resposta devolvendo uma pergunta aos leitores: nas diferentes abordagens pedagógicas voltadas ao pensamento crítico que vocês desenvolvem, como é possível promover esse uso ético?

Revista MEB: Como garantir que o desenvolvimento e a implementação de tecnologias baseadas em IA estejam alinhados com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com uma perspectiva de justiça social na educação?

Maria Reder: Garantir é uma palavra muito forte, mas penso que o caminho mais seguro é que essas tecnologias sejam desenvolvidas a partir de uma abordagem centrada no ser humano proposta pela UNESCO, a qual defende que o design e o uso da IA devem servir ao desenvolvimento das capacidades humanas, proteger a dignidade e a autonomia humanas e promover a justiça e a sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida da IA e de todos os possíveis ciclos de interação entre humanos e IA. E se me permite, gostaria de encerrar com a seguinte mensagem: é importante que a educação popular contribua para promover nos cidadãos o entendimento do valor único da interação social e dos trabalhos criativos produzidos por humanos jamais devem ser substituídos por resultados de IA.